

As finanças públicas dos municípios goianos: uma análise das receitas de transferências e das despesas nas funções relativas a Educação/ Cultura e a Saúde/ Saneamento

Eduíges Romanatto¹
Daniela Vieira de Oliveira²

RESUMO: Este trabalho investigou as finanças dos 246 municípios do Estado de Goiás relativas à distribuição das receitas de transferências do FPM, FUNDEF/FUNDEB e ICMS, principais fontes de recursos, bem como as despesas relativas às funções Educação/Cultura e Saúde/Saneamento. Essas informações foram trabalhadas conforme classes populacionais e Regiões de Planejamento. As informações foram para os anos de 2006 a 2009, tendo como fonte dos dados o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Nesse período, os resultados indicam que os recursos do FPM e do Fundef/Fundeb atuaram de forma redistributiva e o ICMS de maneira mais concentrada. Também, as despesas *per capita* tanto em Educação e Cultura quanto em Saúde e Saneamento têm aumentado, acompanhando, em alguma medida, o aumento das atribuições municipais com o advento da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Finanças municipais. Educação. Cultura. Saúde. Saneamento.

The public finances of municipalities in Goiás: an analysis of the transfer revenues and expenditures in functions related to Education and Culture and Health and Sanitation

ABSTRACT: This study investigated the finances of 246 municipalities in the state of Goiás for the distribution of revenue transfers from the FPM, FUNDEF / FUNDEB and ICMS, the main sources of funds, and expenditure for the function Education/Culture and Health/Sanitation. These details were worked as Regions of Planning and population classes. The lifting of the information was for the years 2006, 2007, 2008 and 2009 with the source of the data the Court of Accounts of Municipalities of the State of Goiás. In the period between 2006 and 2009, the results indicate that the resources of the FPM and FUNDEF/FUNDEB have acted redistributive and ICMS more narrowly. Also, during this period, *per capita* expenditure in both Education/Culture and Health/Sanitation has increased, following to some extent, the increase in municipal duties with the enactment of the 1988 Federal Constitution.

Keywords: Municipal finance. Education. Culture. Health. Sanitation

Classificação JEL: H71, H72, H51, H52.

Introdução

As transformações na administração pública, resultantes das diretrizes firmadas por ocasião da Constituição Federal de 1988, combinadas com a mais recente aprovação da Lei Complementar 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) têm-se traduzido em uma necessidade de os municípios melhorarem e organizarem as suas administrações (IBGE, 2004). Isso porque há uma clara tendência de aprofundar, por um lado, a municipalização dos gastos em áreas como com Educação, Saúde e Saneamento e, por outro, a preocupação com a disciplina fiscal.

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Gerente de Estatísticas Socioeconômicas no Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN/IMB/GO). E-mail: tromanatto@yahoo.com.br.

² Especialista em Auditoria Governamental e Economista pela Universidade Federal de Goiás. Auditora da Universidade Federal de Goiás. E-mail: danivoliveira@hotmail.com.

A partir dos anos 1990, diversas políticas e programas de descentralização administrativa foram estabelecidos pelos governos federal e estaduais, tendo como alvo principal a municipalização de várias de suas atribuições, principalmente, as relativas às funções sociais. A responsabilidade pela prestação de diversos serviços públicos essenciais à população foi repassada para os municípios.

Nesse contexto, as finanças municipais assumem fundamental importância, tanto pela necessidade de transparência no processo, como no que se refere ao apoio a formas que venham a permitir um monitoramento mais eficiente das ações das prefeituras. Elas constituem instrumento básico para a construção do processo de desenvolvimento local, com ênfase na melhoria da distribuição de renda, na atenção à melhoria da qualidade de vida, da Educação, da Saúde, do Saneamento, no estímulo ao desenvolvimento das vocações locais e na criação de oportunidades de trabalho e geração de renda.

Entre as funções do Governo municipal, duas funções sociais são as mais importantes: Educação/Cultura e Saúde/Saneamento, devido ao alcance social que têm e por terem sido, nos últimos anos, os principais alvos das políticas de descentralização administrativa, principalmente do Governo Federal.

Para atender a uma demanda crescente por informações sobre o município e com base municipal, este trabalho elabora um quadro geral dos aspectos da gestão municipal recente dos municípios do Estado de Goiás, no que se refere às despesas com as funções citadas anteriormente, bem como da distribuição das receitas de transferências do FPM, Fundef/Fundeb e ICMS, principais fontes de recursos dos municípios goianos. O parâmetro de padronização para avaliação da distribuição dos recursos foi a população dos municípios, agrupados por Regiões de Planejamento do Estado³ (O Mapa dessas Regiões consta no Anexo 1).

O trabalho investigou os 246 municípios do Estado de Goiás, agrupados por Regiões de Planejamento, levantando informações referentes aos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, tendo como fonte dos dados o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, para as despesas nas funções relativas à Educação/Cultura e à Saúde/Saneamento, bem como para as suas principais fontes de recursos – receitas de transferências.

Os principais resultados são: 1) aumento, entre 2006 e 2009, da despesa *per capita* tanto em Educação e Cultura quanto em Saúde e Saneamento; 2) uma expressiva concentração das receitas tributárias nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia; 3) há uma concentração absoluta das transferências na Região Metropolitana, no entanto, em termos relativos, elas privilegiam as regiões menos favorecidas com arrecadações tributárias; 4) o FPM e o Fundef/Fundeb atuaram de forma redistributiva e o ICMS é mais concentrado já que privilegia os municípios com mais força econômica e, 5) o gasto *per capita* com Saúde e Saneamento era maior em 7% do que aquele feito com Educação e Cultura em 2006 e essa fração aumentou para 18,5% em 2009.

Além dessa introdução, o trabalho traz o referencial teórico a seguir, os resultados e discussões e as considerações finais.

1. Referencial teórico

As prefeituras municipais, após os anos 1990, tiveram profundas mudanças no sentido de assumirem atribuições antes de competência dos Estados e da União, em especial a atenção aos serviços universais de Saúde, Assistência Social e Educação fundamental. Na gestão financeira, gradativamente têm sido incorporados mecanismos de acompanhamento e de controle das contas públicas (receitas e despesas) a partir de inúmeras definições legais que buscam maior rigidez e transparência no uso dos recursos (IPARDES, IPEA, 2010).

Nessa direção, coloca o trabalho da STN (2008) que uma das características da Constituição promulgada em 1988 é a ênfase no fortalecimento da federação mediante a elevação

³Uma descrição e síntese das Regiões de Planejamento encontra-se disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>.

da participação dos Estados e Municípios no conjunto da receita tributária. Aponta, ainda, que a descentralização dos recursos tributários foi acompanhada de mecanismos redistributivos. A reforma de 1988 não só aumentou a base de tributação dos governos subnacionais, como incrementou a participação deles nos tributos federais, mediante ampliação das transferências aos fundos de participação e os municípios foram os maiores beneficiários desse processo de descentralização tributária.

Assim, como as informações da gestão financeira dos municípios têm sido divulgadas, inclusive por meio eletrônico⁴ [princípio da transparência fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de 2000)], este trabalho observou se houve ou não aumento nas receitas de transferências em relação à população a ser atendida, principalmente FPM, Fundef/Fundeb e ICMS, bem como se as despesas nas funções de Educação/Cultura e Saúde/Saneamento também aumentaram, já que a tendência foi de aumento das atribuições municipais nessas áreas. Para isso, faz-se necessário definir alguns conceitos.

As receitas dos municípios brasileiros, denominadas no balanço contábil de Receitas Arrecadadas, estão divididas em duas contas: as receitas correntes e as de capital (MOTA 2010). Para fins do presente estudo, foram utilizadas apenas as receitas tributárias e as de transferências correntes, não sendo incorporadas à análise as receitas de contribuições patrimoniais⁵.

Conforme a Constituição Federal e/ou Código Tributário Nacional as Receitas Tributárias arrecadadas pelos próprios municípios são em forma de impostos, taxas e contribuições de melhoria e fazem parte dessas receitas o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, o Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” - ITBI e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, além de outros tributos⁶. Neste trabalho, as receitas tributárias são compostas de IPTU, ISS, IRRF, ITBI, taxas e contribuições de melhoria.

As Transferências Correntes são recursos destinados aos municípios e têm como origem principal a União e os Estados. Fazem parte das Transferências da União a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM⁷, as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, e outras transferências do Governo Federal. Já as Transferências dos Estados englobam a cota-parte do ICMS; a do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA; transferências do Fundef e outras transferências da administração estadual. Ainda compõem as transferências correntes as transferências de outros municípios e outras transferências correntes (NASCIMENTO, 2005).

FUNDEF significa Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Antes dele, uma parcela das receitas públicas era destinada à Educação como um todo. A proposta desse fundo era definir uma parcela que atendesse especificamente ao Ensino Fundamental (primeira a oitava séries), por meio de uma redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos municípios e pelos estados (MEC). O Fundef foi implantado pela Emenda Constitucional nº. 14, de 1996, mas só começou a vigorar em 1998. Seu prazo de duração foi de dez anos, expirando em 2006 (CNM, 2010).

O FUNDEF era composto por recursos provenientes de algumas transferências de impostos: dos estados, FPE (Fundo de Participação dos Estados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI - Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação); dos municípios, FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ICMS e IPI - Exportação. Incluía, também, 15% dos recursos da chamada Lei Kandir, que são repasses da

⁴Os Tribunais de Contas dos Estados ou dos Municípios, quando for o caso, têm feito essa divulgação, embora alguns com certa defasagem. Também, em cumprimento ao disposto no artigo 51 da LRF, a STN realiza a coleta de dados relativos às contas anuais de Estados e Municípios, para efeito de consolidação das contas públicas das três esferas de governo.

⁵Para maiores detalhes sobre classificações de receitas e despesas orçamentárias ver, por exemplo, Mota (2010); Baleeiro (1997) ou Nascimento e Debus (2001).

⁶Para maiores detalhes, ver Alexandre (2008).

⁷ O FPM é formado por uma parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos termos da Constituição Federal, art. 159.

União para compensar as perdas financeiras das unidades federadas, decorrentes da desoneração do pagamento de ICMS de determinados produtos para exportação (CNM, 2010).

Convém ressaltar que, a partir de 2007 passou a vigorar o FUNDEB no lugar do FUNDEF⁸ e é composto de contribuição de estados, do Distrito Federal e dos municípios de 16,66% no primeiro ano; 18,33% no segundo ano; 20% a partir do terceiro ano, sobre Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI - Exportação); Desoneração de Exportações (Lei Complementar nº 87/96); também, Contribuição de estados, do Distrito Federal e dos municípios de: 6,66% no primeiro ano; 13,33% no segundo ano; 20%, a partir do terceiro ano, sobre: Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); quota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos municípios; e complementações da União (MEC, 2010).

Com duração prevista de quatorze anos, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atende toda a Educação Básica, da creche ao Ensino Médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020 (MEC, 2010).

Como nas demonstrações financeiras e orçamentárias dos municípios ainda se usa a nomenclatura FUNDEF, este trabalho usará o termo FUNDEF/FUNDEB para se referir aos recursos advindos dessas fontes de transferências.

Portanto, para fins desse estudo, as receitas de transferências são compostas ou advindas de: FPM, FUNDEF/FUNDEB, ICMS, IOF, IPI – exportação, IPVA, ITR, outras transferências da União, outras transferências do Estado, *Royalties*, SUS União, SUS Estado, e demais transferências. Além disso, o trabalho está interessado no comportamento dos gastos nas funções de Educação/Cultura e Saúde/Saneamento.

Conforme Nascimento (2005) despesa pública pode ser definida como o gasto dos recursos nos orçamentos, a partir de autorização legislativa.

De acordo com Rezende (2003) os gastos públicos são classificados de acordo com a ótica da finalidade, da natureza e do agente que o executa. Mais ainda que pela ótica da finalidade, o gasto pode ser classificado em funções, programas e subprogramas.

Nesses conceitos de despesas e de gastos se enquadram os recursos aqui mencionados e destinados às funções Educação/Cultura e Saúde/Saneamento nos municípios goianos. Esse sistema de classificação permite, ainda, conforme Nascimento (2006), identificar as finalidades e estabelecer metas e objetivos para alcançá-las. Também esse sistema proporciona aos governos a agregação dos valores gastos em cada atividade em suas diferentes funções. Esse sistema também permite que se façam comparações relativas aos gastos em cada área de atuação, mostrando quais são as prioridades.

Por isso, o trabalho analisa as receitas de transferências e as despesas na função Educação/Cultura, bem como em Saúde/Saneamento entre 2006 e 2009, com o intuito de comparar o comportamento de tais variáveis nos municípios goianos, agregados por regiões.

Por que as funções Educação/Cultura e Saúde/Saneamento? Primeiramente, porque são duas funções sociais muito importantes. Também, devido ao alcance social que têm e por terem sido, nos últimos anos, os principais alvos das políticas de descentralização administrativa, principalmente do Governo Federal. Ainda, porque o grau de desenvolvimento de uma região qualquer deve guardar relação com as condições das funções citadas. Conforme Cavalieri e Pazello (2004), é inegável a importância da escolaridade na melhoria das condições sociais e, para Nero (1995), a Saúde é vista como parte do processo de desenvolvimento e o papel do Estado é fundamental para explicar a evolução dos níveis de saúde como parte integrante da situação social.

⁸ Para uma comparação entre FUNDEF-FUNDEB, ver FNDE (2010).

Contudo, o acesso a tais serviços não é garantia da sua qualidade, como aponta Vasconcelos (2004) para o caso da Educação.

Aqui se faz a ressalva, utilizando-se as palavras de Cavaliere e Pazello (2004) de que, evidentemente, a avaliação de políticas sociais não se restringe ao direcionamento dos gastos sociais, já que a distribuição dos recursos apenas indica em que medida um determinado público tem sido atendido. Seria necessário avaliar a efetividade dos gastos em melhorar a condição de vida das pessoas⁹.

Em resumo, o trabalho está interessado em avaliar a distribuição das receitas de transferências do FPM, do FUNDEF/FUNDEB e do ICMS, principais fontes de recursos para a maioria dos municípios goianos, bem como o aumento ou não dos recursos destinados às funções de Educação/Cultura e Saúde/Saneamento, áreas em que houve um aumento das atribuições municipais. Acrescenta-se que, apesar de a Portaria nº 42 de 1999 do MPOG separar tais funções, fez-se tal agrupamento por entender-se que os gastos estão altamente correlacionados e por poder tornar-se fonte de comparação com informações anteriores a 1999. Além disso, os gastos da função Cultura não são significativos e os de Saneamento alcançam apenas 42% dos municípios, em média. O parâmetro de padronização para essa avaliação foi a população dos municípios que serão agrupados por Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.

2. Resultados e discussões

2.1 Fontes de recursos dos municípios goianos

2.1.1 Receitas tributárias

O volume de receitas tributárias arrecadadas reflete o peso e a magnitude da economia de um município, o mesmo acontecendo quando se analisa a distribuição dessas receitas pelas Regiões de Planejamento.

Para o caso das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás, na Tabela 1 se constata uma expressiva concentração das receitas tributárias nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, 57,48% em 2009, bem como por uma proporção menor de municípios, relativamente, mas que contém o maior contingente de população estadual, aproximadamente 36,8%. Contudo, nessa região, há uma arrecadação superior ao seu peso populacional. A Região Sudoeste também segue essa regra e tem uma arrecadação maior (9,99%) que o peso da sua população (8,75%), embora com uma diferença bem menor que a Região Metropolitana.

As Regiões Nordeste e Entorno do Distrito Federal foram as que tiveram menor relação entre receitas e população. Juntas responderam por apenas 8,06% do total de receitas tributárias arrecadadas dos municípios, valores muito abaixo, considerando-se o peso dessas regiões na estrutura populacional goiana (19,97%). A Região Nordeste, responsável por 0,94% do total das receitas tributárias, concentrava 2,79% da população estadual. Já no Entorno do Distrito Federal, a arrecadação foi de 7,12% e a proporção da população de 17,18%. Todas as Regiões seguem esse padrão, exceto as do parágrafo anterior.

⁹ Para uma discussão sobre critério de avaliação de políticas sociais ver Fernandes e Pazello (2001) e sobre métodos e custos na sua implementação ver, por exemplo, Faria, Feijó e Silva (2007).

TABELA 1 Distribuição proporcional das receitas municipais, segundo Regiões de Planejamento - 2006 - 2009

Regiões de Planejamento	Proporção		Receitas tributárias	Transferências correntes	Receita disponível
	De municípios	De população			
2006					
Total	100	100	100	100	100
Regiões de Planejamento					
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	12,60	10,45	8,29	10,50	10,13
Região Entorno do Distrito Federal	7,72	17,10	6,23	12,36	11,34
Região Metropolitana de Goiânia	8,13	36,64	58,46	30,85	35,45
Região Nordeste Goiano	8,13	2,80	1,02	3,71	3,26
Região Noroeste Goiano	5,28	2,35	1,01	2,74	2,45
Região Norte Goiano	10,57	5,24	3,26	5,88	5,45
Região Oeste Goiano	17,48	5,83	2,67	7,39	6,60
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	8,94	4,15	3,36	5,92	5,49
Região Sudoeste Goiano	10,57	8,74	10,04	12,41	12,01
Região Sul Goiano	10,57	6,70	5,66	8,25	7,82
2007					
Total	100	100	100	100	100
Regiões de Planejamento					
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	12,60	10,53	7,26	9,77	9,35
Região Entorno do Distrito Federal	7,72	16,91	6,35	12,93	11,82
Região Metropolitana de Goiânia	8,13	36,88	60,26	29,32	34,51
Região Nordeste Goiano	8,13	2,78	1,06	3,60	3,17
Região Noroeste Goiano	5,28	2,36	1,18	2,67	2,42
Região Norte Goiano	10,57	5,27	3,52	7,32	6,68
Região Oeste Goiano	17,48	5,86	2,64	7,31	6,53
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	8,94	4,12	2,96	5,87	5,39
Região Sudoeste Goiano	10,57	8,63	9,03	12,14	11,62
Região Sul Goiano	10,57	6,66	5,74	9,06	8,51
2008					
Total	100	100	100	100	100
Regiões de Planejamento					
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	12,60	10,45	8,29	10,50	10,13
Região Entorno do Distrito Federal	7,72	17,10	6,23	12,36	11,34
Região Metropolitana de Goiânia	8,13	36,64	58,46	30,85	35,45
Região Nordeste Goiano	8,13	2,80	1,02	3,71	3,26
Região Noroeste Goiano	5,28	2,35	1,01	2,74	2,45
Região Norte Goiano	10,57	5,24	3,26	5,88	5,45
Região Oeste Goiano	17,48	5,83	2,67	7,39	6,60
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	8,94	4,15	3,36	5,92	5,49
Região Sudoeste Goiano	10,57	8,74	10,04	12,41	12,01
Região Sul Goiano	10,57	6,70	5,66	8,25	7,82
2009					
Total	100	100	100	100	100
Regiões de Planejamento					
Centro Goiano (Eixo BR-153)	12,60	10,42	8,31	10,34	10,00
Entorno do Distrito Federal	7,72	17,18	7,12	12,88	11,92
Metropolitana de Goiânia	8,13	36,80	57,48	30,69	35,15
Nordeste Goiano	8,13	2,79	0,94	3,49	3,06
Noroeste Goiano	5,28	2,32	1,03	2,69	2,41
Norte Goiano	10,57	5,17	3,53	7,28	6,65
Oeste Goiano	17,48	5,76	2,54	7,33	6,53
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	8,94	4,14	3,15	5,84	5,39
Sudoeste Goiano	10,57	8,75	9,99	11,29	11,07
Sul Goiano	10,57	6,67	5,90	8,18	7,80

- Notas: 1) Receitas tributárias = IPTU + ISSQN + IRRF + ITBI + Taxas + Contribuição de Melhoria
2) FPM, FUNDEF/FUNDEB, ICMS, IOF, IPI – exportação, IPVA, ITR, outras transferências da União, outras transferências do Estado, *Royalties*, SUS União, SUS Estado, e demais transferências
3) Receita Disponível: Transferências correntes + receitas tributárias.
4) População para os anos 2006, 2008 e 2009 - estimada. População para o 2007 – contagem.

Na Tabela 2, verifica-se que, quanto maior a população de um município, maior a sua receita tributária. De fato, enquanto cerca de 67,2% das receitas tributárias produzidas pelos municípios com mais de 100.000 habitantes eram geradas por 48,49% da população estadual, os municípios com população menor que 100.000 habitantes, que concentravam 96,75% dos municípios e 51,51% da população, eram responsáveis por apenas 32,8% dessas receitas. Assim, parece que os centros urbanos, com grande número de estabelecimentos produtivos, produziram sinergias que tiveram como resultado o aumento da arrecadação tributária desses municípios.

TABELA 2 Distribuição proporcional das receitas municipais, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2006 - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Proporção		Receitas tributárias	Transferências correntes	Receita disponível
	De municípios	De população			
2006					
Total	100	100	100	100	100
Classes de tamanho da população					
Até 4 000 hab.	33,33	4,18	2,58	9,64	8,48
De 4 001 a 15 000 hab.	41,06	13,33	6,55	18,67	16,67
De 15 001 a 35 000 hab.	14,23	13,95	7,57	15,07	13,83
De 35 001 a 100 000 hab.	8,13	21,23	14,50	20,84	19,80
Mais de 100 000 hab.	3,25	47,31	68,80	35,78	41,22
2007					
Total	100	100	100	100	100
Classes de tamanho da população					
Até 4 000 hab.	33,74	4,34	3,49	10,13	9,02
De 4 001 a 15 000 hab.	41,87	14,20	6,97	13,52	12,42
De 15 001 a 35 000 hab.	13,01	12,80	6,93	22,44	19,84
De 35 001 a 100 000 hab.	8,54	21,95	14,38	19,61	18,73
Mais de 100 000 hab.	2,85	46,70	68,23	34,29	39,99
2008					
Total	100	100	100	100	100
Classes de tamanho da população					
Até 4 000 hab.	32,11	4,05	2,66	9,57	8,42
De 4 001 a 15 000 hab.	42,68	13,97	8,35	19,59	17,72
De 15 001 a 35 000 hab.	13,82	13,33	6,76	13,41	12,30
De 35 001 a 100 000 hab.	8,13	20,44	14,57	20,38	19,42
Mais de 100 000 hab.	3,25	48,21	67,67	37,05	42,15
2009					
Total	100	100	100	100	100
Classes de tamanho da população					
Até 4 000 hab.	31,71	3,93	2,49	9,06	7,97
De 4 001 a 15 000 hab.	42,68	13,68	7,98	14,51	13,42
De 15 001 a 35 000 hab.	14,23	13,47	6,95	20,86	18,54
De 35 001 a 100 000 hab.	8,13	20,43	15,37	18,49	17,97
Mais de 100 000 hab.	3,25	48,49	67,20	37,08	42,11

Notas: 1) Receitas tributárias = IPTU + ISSQN + IRRF + ITBI + Taxas + Contribuição de Melhoria

2) FPM, FUNDEF/FUNDEB, ICMS, IOF, IPI – exportação, IPVA, ITR, outras transferências da União, outras transferências do Estado, *Royalties*, SUS União, SUS Estado, e demais transferências

3) Receita Disponível: Transferências correntes + receitas tributárias.

4) População para os anos 2006, 2008 e 2009 - estimada. População para o 2007 – contagem.

2.1.2 As receitas de transferências correntes

A dependência dos municípios com relação às transferências de outros entes é algo muito representativo. Em números, 60,57% dos municípios têm 85% da sua receita total oriunda de

transferências. Englobando-se os municípios que têm participação das transferências nessas receitas acima de 75%, chega-se a 93,5% dos municípios goianos. Assim, este trabalho deu atenção principal à análise das transferências, mais do que a outras fontes de receita.

A distribuição das transferências correntes pelas Regiões de Planejamento revelou duas situações: a primeira é em relação às receitas tributárias, como mostradas na Tabela 1. As receitas estavam fortemente concentradas na Região Metropolitana e o mesmo ocorre com a distribuição proporcional das transferências correntes, ou seja, continua privilegiando tal região.

Por outro lado, ao comparar as transferências correntes com a distribuição da população pelas regiões goianas, nota-se melhor desempenho, ou seja, apresentam percentuais de transferências superiores aos seus respectivos pesos na população, exceto Centro Goiano, Entorno do Distrito Federal e a Metropolitana de Goiânia. O Entorno do Distrito Federal novamente não é uma região com melhores indicadores na distribuição de recursos.

Assim, apesar de haver uma concentração absoluta das transferências na Região Metropolitana, em termos relativos, elas privilegiam as regiões menos favorecidas com suas arrecadações tributárias. Para comprovar isso, basta fazer a proporção das transferências em relação à população. Nessa relação, a Região Norte é a que apresenta melhor relação junto com o Sudeste, seguidas do Sudoeste, do Nordeste, do Sul e do Noroeste.

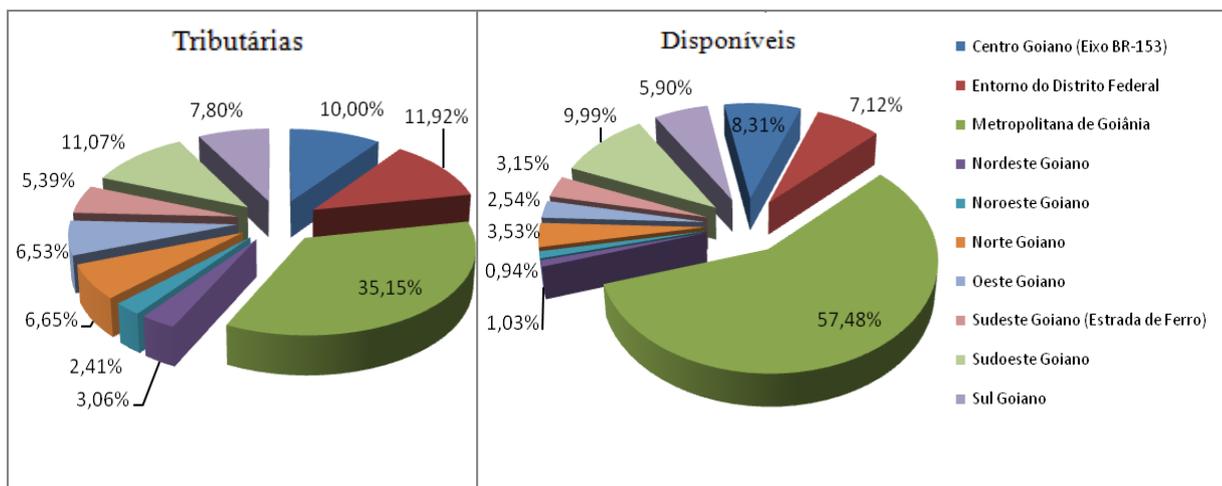
Quando se analisa a distribuição das transferências correntes pelas faixas de tamanho da população, observa-se uma distribuição mais equilibrada dos recursos transferidos aos municípios. De acordo com a Tabela 2, os municípios com mais de 100.000 habitantes receberam cerca de 37,8% do total das transferências, cifra significativamente inferior aos 67,2% de receitas arrecadas por estes municípios. Por outro lado, os municípios com até 4.000 habitantes obtiveram 9,06% do total das transferências correntes, percentual muito superior a 2,49% de receitas tributárias.

É importante observar que a proporção de recursos transferidos aos municípios com até 4.000 habitantes é significativamente superior aos 3,93% que esses municípios representam na população estadual, mostrando mais uma vez seu caráter redistributivo. Por outro lado, os municípios com mais de 100.000 habitantes têm 37,08% de transferências correntes, mas com 48,49% da população.

Isso mostra que as transferências correntes funcionam como um mecanismo redistributivo de recursos, reduzindo sua concentração nos municípios maiores e localizados nas regiões mais dinâmicas do Estado de Goiás e, por outro lado, beneficiam as regiões menos desenvolvidas e os municípios menores. Contudo, indica a dependência dos municípios menores dos recursos de transferências governamentais.

2.2 As receitas disponíveis

Para ilustrar melhor essa questão, chamou-se de Receitas Disponíveis a soma das transferências correntes e receitas tributárias. Os resultados obtidos mostram uma estabilidade entre a participação das regiões, como ilustram a Tabela 1 e o Gráfico 1 que seguem.

GRÁFICO 1 - Receitas tributárias e disponíveis por regiões¹⁰

Uma análise mais detalhada dessa questão é apresentada no Gráfico 2, que mostra a distribuição das receitas tributárias e disponíveis desagregadas por Regiões de Planejamento. Nota-se que a Região Metropolitana reduziu sua participação quando as transferências correntes foram somadas às receitas tributárias. As demais regiões do estado aumentaram suas participações quando as transferências foram incorporadas às receitas tributárias.

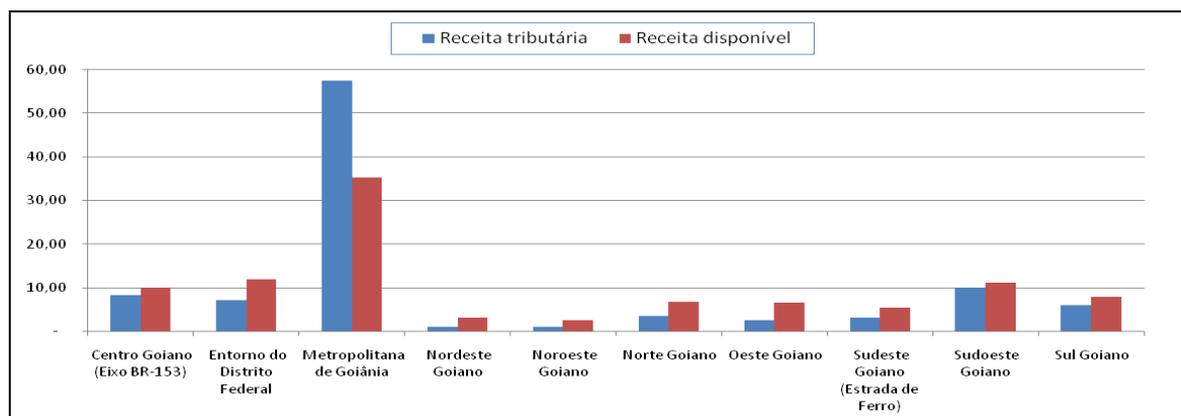


GRÁFICO 2 - Distribuição percentual das receitas tributárias e das receitas disponíveis segundo Regiões de Planejamento - 2009

2.3 FPM, FUNDEF/FUNDEB e ICMS

Na composição das transferências correntes, destacam-se o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF e agora FUNDEB, e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS que, juntos totalizaram cerca de 67,8% do total das transferências para os municípios.

A Tabela 3 mostra a distribuição das respectivas transferências pelas Regiões de Planejamento. Nota-se que o FPM está mais presente na Região Metropolitana, bem como o ICMS, já o maior volume de recursos do FUNDEF concentra-se na Região do Entorno do Distrito Federal. Essa diferença explica-se pelos distintos critérios de repasse. Conforme o IBGE (2004), a distribuição do FPM ocorre por meio da fixação de faixas populacionais e a criação de parâmetros

¹⁰ Todos os gráficos constantes deste artigo foram elaborados pelos pesquisadores.

para cada uma delas: o mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes e o máximo é de 4,0 para aqueles acima 156.000 habitantes. Para a distribuição de recursos do FUNDEF¹¹, consideram-se as matrículas no Ensino Fundamental em qualquer forma de organização admitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (séries, ciclos etc.), apuradas pelo censo escolar, realizado anualmente pelo Ministério da Educação – MEC¹².

TABELA 3 Distribuição proporcional da população, do FPM, do FUNDEF e do ICMS, segundo Regiões de Planejamento – 2009

Regiões de Planejamento	Distribuição Proporcional			
	População	FPM	FUNDEF	ICMS
Total	100	100	100	100
Regiões de Planejamento				
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	10,42	11,13	11,09	9,50
Região Entorno do Distrito Federal	17,18	13,92	29,17	7,15
Região Metropolitana de Goiânia	36,80	17,99	14,95	30,96
Região Nordeste Goiano	2,79	5,47	4,45	1,94
Região Noroeste Goiano	2,32	4,02	2,45	2,30
Região Norte Goiano	5,17	8,31	7,58	8,21
Região Oeste Goiano	5,76	11,99	6,08	6,62
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	4,14	6,91	3,03	8,11
Região Sudoeste Goiano	8,75	10,90	12,05	16,03
Região Sul Goiano	6,67	9,37	9,15	9,18

Elaborado pelos autores

No caso do ICMS, sua expressiva concentração nos municípios da Região Metropolitana e, em menor medida na Sudoeste, explica-se pela própria característica do imposto, que incide sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços, que são mais intensas nessas regiões.

Quando se relaciona a distribuição do FPM com a participação da população em cada região, observa-se ela se operou de forma redistributiva, ou seja, as regiões outras que não a Metropolitana apresentam proporção do FPM superior à sua participação na população. O ICMS, por sua vez, apresentou um comportamento inverso ao do FPM em cinco regiões, isto é, a concentração de recursos foi superior à participação da população (Região Norte, Oeste, Sudeste, Sudoeste e Sul). Por outro lado, outras cinco regiões apresentaram comportamento na mesma direção do FPM ou de redistribuição de recursos (Região Centro, Entorno do Distrito Federal, Metropolitana de Goiânia, Nordeste e Noroeste).

No caso do FUNDEF, sua distribuição na Região Metropolitana e Sudeste foi inferior à proporção da sua população. Já para as outras regiões, foi superior, ou seja, também atuou na redistribuição de recursos.

A Tabela 4 mostra a participação do FPM, do FUNDEF/FUNDEB e do ICMS nas transferências correntes dos municípios, distribuídos segundo tamanho populacional. Enquanto esse percentual era relativamente baixo, no caso do FUNDEF/FUNDEB (13,24%), o mesmo não ocorreu com a participação do FPM e do ICMS, que chegaram a 29,07% e 25,56%, respectivamente, do total das transferências correntes dos municípios.

No caso dos municípios com até 4.000 habitantes, o FPM foi responsável por 58,13% das transferências correntes, reduzindo-se conforme aumentava o tamanho populacional dos municípios. Esse comportamento mostra que o FPM foi um forte mecanismo de redistribuição de recursos para os pequenos municípios. Novamente percebe-se sua dependência dos recursos de transferências.

¹¹ Cabe lembrar que o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, a partir de 2007.

¹² Para maiores detalhes sobre a distribuição do FPM, ver TCU, 2008.

O ICMS, por outro lado, estava concentrado nos maiores municípios, principalmente naqueles com população acima de 35.000 habitantes, onde 60,07% das receitas disponíveis eram compostas do ICMS. Já o FUNDEF/FUNDEB respondeu por uma parcela menor das receitas dos municípios, concentrando-se, preferencialmente, nos municípios com população entre 35 e 100 mil habitantes.

TABELA 4 Participação do FPM, FUNDEF e ICMS nas transferências correntes dos municípios, segundo classes de tamanho de população dos municípios - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Distribuição Proporcional			
	FPM	FUNDEF	ICMS	Outras
Total	29,07	13,24	25,56	32,12
Classes de tamanho da população				
Até 4 000 hab.	58,13	7,01	18,40	16,46
De 4 001 a 15 000 hab.	41,47	13,29	25,46	19,78
De 15 001 a 35 000 hab.	34,52	16,25	24,71	24,52
De 35 001 a 100 000 hab.	23,97	19,48	30,59	25,96
Mais de 100 000 hab.	16,53	10,06	24,87	48,54

Nota: Outras = transferências correntes - FPM - FUNDEF - ICMS

2.4 Resultados da função Educação e Cultura¹³

Historicamente as despesas dos municípios goianos nessa função apresentam média de 25% em relação às despesas totais. A distribuição dos municípios goianos entre as faixas de participação da função Educação e Cultura no total das despesas por função está colocada na Tabela 5.

¹³ Alerta-se que a Portaria nº 42 de 1999 do MPOG separar tais funções, mas como os gastos da função Cultura não são significativos, somou-se aos de educação.

TABELA 5 Município, por faixas de participação da função Educação e Cultura no total das despesas, segundo Regiões de Planejamento - 2006 - 2009

Regiões de Planejamento	Total de municípios	Municípios, por faixas de participação da função Educação no total das despesas					
		Até 20%	Mais de 20% a 25%	Mais de 25% a 30%	Mais de 30% a 35%	Mais de 35% a 40%	Mais de 40%
2006							
Total	246	12,60	40,24	32,52	10,16	2,85	1,63
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	22,58	45,16	22,58	6,45	3,23	-
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	5,26	42,11	21,05	10,53	21,05
Região Metropolitana de Goiânia	20	15,00	30,00	40,00	15,00	-	-
Região Nordeste Goiano	20	-	25,00	25,00	40,00	10,00	-
Região Noroeste Goiano	13	7,69	53,85	38,46	-	-	-
Região Norte Goiano	26	3,85	42,31	46,15	7,69	-	-
Região Oeste Goiano	43	27,91	51,16	20,93	-	-	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	18,18	40,91	27,27	9,09	4,55	-
Região Sudoeste Goiano	26	-	46,15	34,62	15,38	3,85	-
Região Sul Goiano	26	11,54	46,15	42,31	-	-	-
2007							
Total	246	18,29	31,71	33,33	10,57	4,47	1,63
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	22,58	38,71	32,26	3,23	3,23	-
Região Entorno do Distrito Federal	19	5,26	5,26	36,84	15,79	15,79	21,05
Região Metropolitana de Goiânia	20	5,00	35,00	40,00	20,00	-	-
Região Nordeste Goiano	20	-	15,00	30,00	30,00	25,00	-
Região Noroeste Goiano	13	15,38	61,54	15,38	7,69	-	-
Região Norte Goiano	26	7,69	23,08	53,85	15,38	-	-
Região Oeste Goiano	43	39,53	34,88	23,26	2,33	-	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	27,27	31,82	31,82	4,55	4,55	-
Região Sudoeste Goiano	26	3,85	42,31	34,62	15,38	3,85	-
Região Sul Goiano	26	30,77	30,77	34,62	3,85	-	-
2008							
Total	246	22,76	27,64	30,89	15,04	2,85	0,81
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	35,48	25,81	22,58	16,13	-	-
Região Entorno do Distrito Federal	19	5,26	5,26	42,11	21,05	15,79	10,53
Região Metropolitana de Goiânia	20	10,00	50,00	15,00	20,00	5,00	-
Região Nordeste Goiano	20	-	20,00	45,00	30,00	5,00	-
Região Noroeste Goiano	13	30,77	38,46	23,08	-	7,69	-
Região Norte Goiano	26	7,69	26,92	46,15	15,38	3,85	-
Região Oeste Goiano	43	46,51	20,93	25,58	6,98	-	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	36,36	31,82	18,18	13,64	-	-
Região Sudoeste Goiano	26	15,38	34,62	30,77	19,23	-	-
Região Sul Goiano	26	15,38	30,77	42,31	11,54	-	-
2009							
Total	246	17,89	35,37	28,05	14,23	2,03	2,44
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	32,26	32,26	25,81	6,45	3,23	-
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	5,26	42,11	21,05	5,26	26,32
Região Metropolitana de Goiânia	20	5,00	40,00	35,00	20,00	-	-
Região Nordeste Goiano	20	-	30,00	35,00	30,00	-	5,00
Região Noroeste Goiano	13	23,08	61,54	7,69	7,69	-	-
Região Norte Goiano	26	3,85	38,46	46,15	7,69	3,85	-
Região Oeste Goiano	43	30,23	46,51	13,95	9,30	-	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	40,91	22,73	18,18	13,64	4,55	-
Região Sudoeste Goiano	26	3,85	42,31	26,92	26,92	-	-
Região Sul Goiano	26	23,08	30,77	34,62	7,69	3,85	-

Notas: 1) Para o município de Araçu, as despesas usadas para o ano 2006 foram as da base de 2005.

2) Elaboração dos autores

Em uma primeira abordagem, observa-se que o conjunto dos municípios conserva um comportamento semelhante nos anos de referência da pesquisa. A concentração de 63,4% dos municípios, para o ano de 2009, situou-se na faixa entre 20% e 30%, embora essa faixa tenha perdido participação em relação a 2006. Contudo, apresentou aumento em relação ao ano de 2008. Ao mesmo tempo em que diminuía o número de municípios na proporção de gastos entre 20% e 30%, ocorria aumento da proporção de municípios com gasto de até 20%. Isso significa que houve um aumento de municípios que despenderam menos recursos em Educação e Cultura no período considerado.

Por outro lado, entre 2006 e 2009, a proporção de municípios em que a participação das despesas com Educação esteve entre 30 e 35% foi maior em 40%, ou seja, passou de 10,1% dos municípios em 2006 para 14,2% em 2009. Essa situação é um contraponto da colocada no parágrafo anterior, ou seja, ao mesmo tempo em que diminuía o número de municípios na proporção de gastos entre 20% e 30%, ocorria aumento da proporção de municípios com gasto entre 30 e 35%. Portanto, ocorreu uma movimentação dos municípios nas três primeiras faixas de gastos totais em Educação e Cultura.

Ao fazer essa mesma análise para as Regiões de Planejamento, observa-se que os municípios apresentaram comportamentos distintos entre os anos 2006 e 2009. Destaca-se, nos três anos de referência, o perfil de gastos das regiões Metropolitana, Sudoeste e Sudeste, que apresentaram um crescimento significativo de municípios na faixa de gastos de 30 a 35% em que, em 2006, representava 15%, 15,4% e 9,1%, respectivamente, e em 2009, 21%, 26,9% e 13,6%, respectivamente. Ou seja, um aumento médio de 53% na proporção.

No período 2006-2009, a Região Sudeste teve aumento expressivo na faixa de menor gasto, assim, o aumento de gastos na faixa superior foi compensado pelo aumento na faixa inferior com menos gastos.

Já a Região Nordeste aumentou em 30% (média) sua proporção na faixa entre 20 e 30%, mas diminuiu na faixa de 30 a 35% em 25%. Por outro lado as regiões Noroeste e Oeste se deslocaram para a faixa de menor proporção de gastos. As outras regiões se mantiveram mais ou menos estáveis. Uma visão geral pode ser vista no Quadro 1.

QUADRO 1 Municípios, por faixas de participação da função Educação e Cultura no total das despesas

Ano	Total de municípios	Municípios, por faixas de participação da função Educação no total das despesas					
		Até 20%	Mais de 20% a 25%	Mais de 25% a 30%	Mais de 30% a 35%	Mais de 35% a 40%	Mais de 40%
2006	246	12,60	40,24	32,52	10,16	2,85	1,63
2009	246	17,89	35,37	28,05	14,23	2,03	2,44
Cresc/ Decrescimento (%)		41,94	(12,12)	(13,75)	40,00	(28,57)	50,00

Notas: 1) Valores entre parênteses são negativos.

2) Elaboração dos autores

Tabela 6, a seguir, apresenta as faixas de participação dos gastos da função Educação e Cultura no total das despesas, segundo as classes de tamanho da população. A proporção desses gastos segue a regra geral do conjunto dos municípios do Estado de Goiás, qual seja, quanto maior a faixa de porte populacional, maior o movimento para faixas mais altas de despesas. Em outras palavras, quanto maior o município, maior a proporção desses gastos e quanto menor o município, menor essa proporção. De resto, há uma estabilidade na quantidade de municípios nas faixas de participação na despesa total.

TABELA 6 Municípios, por faixas de participação da função Educação e Cultura no total das despesas, segundo classes de tamanho da população - 2006 - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de municípios	Municípios, por faixas de participação da função Educação no total das despesas					
		Até 20%	Mais de 20% a 25%	Mais de 25% a 30%	Mais de 30% a 35%	Mais de 35% a 40%	Mais de 40%
2006							
Total	246	12,60	40,24	32,52	10,16	2,85	1,63
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	82	26,83	42,68	23,17	7,32	-	-
De 4 001 a 15 000 hab.	101	5,94	43,56	34,65	12,87	2,97	-
De 15 001 a 35 000 hab.	35	5,71	34,29	45,71	5,71	2,86	5,71
De 35 001 a 100 000 hab.	20	-	30,00	40,00	20,00	5,00	5,00
Mais de 100 000 hab.	8	12,50	25,00	25,00	-	25,00	12,50
2007							
Total	246	18,29	31,71	33,33	10,57	4,47	1,63
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	83	39,76	33,73	24,10	2,41	-	-
De 4 001 a 15 000 hab.	103	7,77	33,01	37,86	15,53	4,85	0,97
De 15 001 a 35 000 hab.	32	6,25	28,13	46,88	9,38	9,38	-
De 35 001 a 100 000 hab.	21	9,52	19,05	38,10	19,05	4,76	9,52
Mais de 100 000 hab.	7	-	42,86	-	14,29	28,57	14,29
2008							
Total	246	22,76	27,64	30,89	15,04	2,85	0,81
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	79	45,57	25,32	22,78	6,33	-	-
De 4 001 a 15 000 hab.	105	13,33	28,57	35,24	20,00	2,86	-
De 15 001 a 35 000 hab.	34	11,76	26,47	41,18	14,71	5,88	-
De 35 001 a 100 000 hab.	20	10,00	25,00	30,00	25,00	10,00	-
Mais de 100 000 hab.	8	-	50,00	12,50	12,50	-	25,00
2009							
Total	246	17,89	35,37	28,05	14,23	2,03	2,44
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	78	44,87	30,77	17,95	5,13	1,28	-
De 4 001 a 15 000 hab.	105	3,81	45,71	29,52	17,14	2,86	0,95
De 15 001 a 35 000 hab.	35	5,71	25,71	42,86	20,00	-	5,71
De 35 001 a 100 000 hab.	20	10,00	15,00	40,00	25,00	-	10,00
Mais de 100 000 hab.	8	12,50	37,50	12,50	12,50	12,50	12,50

Notas: 1) Para o município de Araçuaçu, as despesas usadas para o ano 2006 foram as da base de 2005.

2) Elaboração dos autores

Do Quadro 2, que segue, extrai-se a informação de que, em termos *per capita*, os gastos em Educação e Cultura, nos quatro anos, a Região Sudoeste é a que mais gasta, seguida da Região Norte. Por outro lado, a Região Metropolitana e a do Centro Goiano estão empatadas como as que menos gastam.

Entre as regiões, em 2009, havia uma diferenciação razoável: os gastos *per capita* foram de R\$ 275 na que menos gastou (Centro Goiano e Metropolitana) e de R\$ 477 na que mais gastou (Sudoeste). Essa diferença gira em torno de 33%, ou seja, a Região Metropolitana e a do Centro gastam 67% do que gasta a Região Sudoeste.

QUADRO 2 Despesa *per capita* com Educação e Cultura nas Regiões de Planejamento (Valores Correntes – R\$).

Regiões de Planejamento	Total de municípios	Despesa <i>per capita</i> com Educação			
		2006	2007	2008	2009
Total	246	231,48	269,67	307,60	327,02
Regiões de Planejamento					
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	192,07	219,91	256,31	275,11
Região Entorno do Distrito Federal	19	194,74	260,52	303,89	324,05
Região Metropolitana de Goiânia	20	203,25	231,60	262,53	275,65
Região Nordeste Goiano	20	289,11	333,70	364,25	376,04
Região Noroeste Goiano	13	202,49	235,41	276,73	292,82
Região Norte Goiano	26	286,08	331,91	381,86	414,32
Região Oeste Goiano	43	223,19	249,59	304,84	325,78
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	283,83	310,19	357,89	358,06
Região Sudoeste Goiano	26	385,27	419,62	457,11	477,32
Região Sul Goiano	26	271,60	321,15	347,83	406,58

Nota: Elaboração dos autores

Ainda no Quadro 2, percebe-se que os valores *per capita* para 2006 e 2009, para o conjunto dos municípios, foram de R\$ 231,48 e R\$ 327,02, respectivamente. Em termos reais¹⁴, para esses anos, os municípios fizeram um gasto anual *per capita* de R\$225,60 e R\$280,59, respectivamente. Um crescimento real de 24,4%.

O número de municípios por faixas de despesas *per capita* na função Educação, segundo Regiões de Planejamento, consta na Tabela 7, que se segue. Revela-se nessa tabela que a Região Sudoeste apresentou uma grande proporção de municípios na faixa de gastos *per capita* acima de R\$ 500,00: 61,5% em 2009. Se forem considerados os gastos *per capita* acima de R\$ 400,00, a proporção chega a 73,08%, a única região a apresentar tal situação. Outra região com esse perfil, mas em menor medida é o Sul Goiano com proporção de municípios na faixa de gastos *per capita* acima de R\$ 400,00 de 53,85%, e de 30,77% para gastos acima de R\$ 500,00. A Região Nordeste apresenta uma proporção de 55% de municípios na faixa de gastos *per capita* acima de R\$ 400,00.

No Geral, o percentual de municípios com gastos *per capita* acima de R\$ 400,00 e R\$ 500,00 é de 47,1% e 21,25%, respectivamente. Nessas faixas houve crescimento sensível de municípios, basta ver as proporções de 2006 e 2009.

¹⁴ Valores deflacionados pelo INPC.

TABELA 7 Municípios, por faixas de despesas na função Educação e Cultura *per capita*, segundo Regiões de Planejamento - 2006 - 2009

Regiões de planejamento	Total de municípios	Municípios, por faixas de despesas da função Educação <i>per capita</i> (Valores Correntes - R\$)					
		Até 200	De 200 a 300	De 300 a 400	De 400 a 500	De 500 a 600	Mais de 600
2006							
Total	246	20,33	35,77	24,39	13,01	2,85	3,66
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	29,03	29,03	25,81	12,90	-	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	42,11	31,58	15,79	5,26	-	5,26
Região Metropolitana de Goiânia	20	35,00	50,00	15,00	-	-	-
Região Nordeste Goiano	20	-	50,00	35,00	10,00	5,00	-
Região Noroeste Goiano	13	38,46	30,77	30,77	-	-	-
Região Norte Goiano	26	15,38	23,08	23,08	30,77	-	7,69
Região Oeste Goiano	43	27,91	37,21	30,23	2,33	-	2,33
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	4,55	36,36	27,27	13,64	13,64	4,55
Região Sudoeste Goiano	26	7,69	23,08	30,77	19,23	11,54	7,69
Região Sul Goiano	26	7,69	50,00	7,69	30,77	-	3,85
2007							
Total	246	10,16	31,71	30,89	15,04	8,54	3,66
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	19,35	32,26	29,03	6,45	9,68	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	47,37	36,84	10,53	5,26	-
Região Metropolitana de Goiânia	20	20,00	40,00	30,00	10,00	-	-
Região Nordeste Goiano	20	-	25,00	45,00	20,00	10,00	-
Região Noroeste Goiano	13	23,08	38,46	23,08	15,38	-	-
Região Norte Goiano	26	3,85	26,92	26,92	26,92	15,38	-
Região Oeste Goiano	43	16,28	34,88	34,88	11,63	2,33	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	4,55	31,82	27,27	13,64	18,18	4,55
Região Sudoeste Goiano	26	7,69	7,69	23,08	30,77	11,54	19,23
Região Sul Goiano	26	3,85	38,46	30,77	7,69	11,54	7,69
2008							
Total	246	5,28	23,58	28,05	20,33	13,01	9,76
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	6,45	32,26	25,81	16,13	6,45	12,90
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	36,84	31,58	21,05	10,53	-
Região Metropolitana de Goiânia	20	10,00	35,00	15,00	35,00	5,00	-
Região Nordeste Goiano	20	-	20,00	35,00	25,00	20,00	-
Região Noroeste Goiano	13	15,38	23,08	46,15	7,69	-	7,69
Região Norte Goiano	26	3,85	15,38	30,77	15,38	23,08	11,54
Região Oeste Goiano	43	9,30	32,56	25,58	18,60	9,30	4,65
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	13,64	31,82	22,73	18,18	13,64
Região Sudoeste Goiano	26	-	11,54	19,23	23,08	15,38	30,77
Região Sul Goiano	26	7,69	11,54	30,77	19,23	19,23	11,54
2009							
Total	246	2,03	20,73	29,67	25,61	10,98	10,98
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	-	35,48	16,13	29,03	12,90	6,45
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	36,84	15,79	31,58	10,53	5,26
Região Metropolitana de Goiânia	20	10,00	35,00	25,00	25,00	5,00	-
Região Nordeste Goiano	20	-	10,00	35,00	50,00	5,00	-
Região Noroeste Goiano	13	7,69	30,77	38,46	15,38	-	7,69
Região Norte Goiano	26	-	15,38	26,92	26,92	15,38	15,38
Região Oeste Goiano	43	4,65	20,93	41,86	23,26	2,33	6,98
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	9,09	40,91	22,73	13,64	13,64
Região Sudoeste Goiano	26	-	7,69	19,23	11,54	26,92	34,62
Região Sul Goiano	26	-	11,54	34,62	23,08	15,38	15,38

Notas: 1) Para o município de Araçu, as despesas usadas para o ano 2006 foram as da base de 2005.

2) População para os anos 2006, 2008 e 2009 - estimada. População para o de 2007 - contagem.

Ao observar a variação das despesas *per capita*, segundo o porte populacional dos municípios (Tabela 8, a seguir), há que se destacar que quanto maior o porte, menor o gasto *per capita* com Educação. Apenas 6,4% dos municípios com menos de 4.000 habitantes tiveram gastos *per capita* até R\$ 300,00, em 2009, ao passo que a faixa dos municípios com mais de 100.000 habitantes atingiu a proporção de 63,5%. Nesse mesmo ano, os municípios que gastaram mais de R\$ 600,00 entre os de pequeno porte - até 4.000 habitantes - a proporção foi de 23 e não houve municípios com mais de 100.000 habitantes nessa faixa e apenas 5% na faixa de 35.000 a 100.000 habitantes.

TABELA 8 Municípios, por faixas de participação da função Educação e Cultura *per capita*, segundo classes de tamanho da população - 2006 - 2009

Classes de tamanho da população dos município	Total de municípios	Percentual de municípios, por faixas de despesas <i>per capita</i> (Valores Correntes - R\$) da função Educação e Cultura					
		Até 200	Mais de 200 a 300	Mais de 300 a 400	Mais de 400 a 500	Mais de 500 a 600	Mais de 600
2006							
Total	246	20,33	35,77	24,39	13,01	2,85	3,66
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	82	2,44	25,61	31,71	25,61	4,88	9,76
De 4 001 a 15 000 hab.	101	20,79	42,57	24,75	8,91	1,98	0,99
De 15 001 a 35 000 hab.	35	40,00	45,71	11,43	2,86	-	-
De 35 001 a 100 000 hab.	20	40,00	30,00	25,00	5,00	-	-
Mais de 100 000 hab.	8	62,50	25,00	-	-	12,50	-
2007							
Total	246	10,16	31,71	30,89	15,04	8,54	3,66
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	83	-	15,66	37,35	21,69	15,66	9,64
De 4 001 a 15 000 hab.	103	12,62	35,92	29,13	16,50	4,85	0,97
De 15 001 a 35 000 hab.	32	21,88	50,00	25,00	-	3,13	-
De 35 001 a 100 000 hab.	21	14,29	42,86	28,57	9,52	4,76	-
Mais de 100 000 hab.	7	28,57	42,86	14,29	-	14,29	-
2008							
Total	246	5,28	23,58	28,05	20,33	13,01	9,76
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	79	3,80	7,59	22,78	26,58	18,99	20,25
De 4 001 a 15 000 hab.	105	2,86	27,62	28,57	19,05	14,29	7,62
De 15 001 a 35 000 hab.	34	11,76	35,29	35,29	14,71	2,94	-
De 35 001 a 100 000 hab.	20	5,00	35,00	40,00	15,00	5,00	-
Mais de 100 000 hab.	8	25,00	50,00	12,50	12,50	-	-
2009							
Total	246	2,03	20,73	29,67	25,61	10,98	10,98
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	78	-	6,41	25,64	28,21	16,67	23,08
De 4 001 a 15 000 hab.	105	1,90	20,95	32,38	28,57	8,57	7,62
De 15 001 a 35 000 hab.	35	2,86	40,00	34,29	17,14	5,71	-
De 35 001 a 100 000 hab.	20	-	35,00	25,00	25,00	10,00	5,00
Mais de 100 000 hab.	8	25,00	37,50	25,00	-	12,50	-

Notas: 1) Para o município de Araçu, as despesas usadas para o ano 2006 foram as da base de 2005.

2) População para os anos 2006, 2008 e 2009 - estimada. População para o de 2007 - contagem.

Ainda na Tabela 8, percebe-se, contudo, que ao longo desses anos, houve um expressivo aumento nos gastos *per capita* com Educação e Cultura em todas as faixas de porte populacional de

municípios. Foi acima do dobro a proporção de municípios com gastos *per capita* superiores a R\$ 400,00, entre 2006 e 2009.

Duas situações envolvendo duas regiões podem ser percebidas: 1) a combinação de resultados apresentados pela Região do Entorno do Distrito Federal – maior proporção (26,32%) de municípios com gastos em Educação acima de 40% das despesas totais (Tabela 5) e menor proporção (5,26%) de municípios com gastos *per capita* acima de R\$ 600,00 (Tabela 8) e; 2) a Região Nordeste tem a segunda maior proporção (5%) de municípios com gastos em Educação acima de 40% das despesas totais (Tabela 5) e não figura municípios com maiores gastos *per capita* acima de R\$ 600,00 (Tabela 8).

Isso pode ser explicado pelo fato de, nessas regiões, as transferências governamentais, tanto do Estado quanto da União, que são obrigatórias, representam a maior parcela da receita e também das despesas na função Educação do que nas outras regiões. Ou seja, há receita disponível em menor proporção nessas regiões para aumentar os gastos nessa função para faixas superiores. Assim, com maior participação das transferências constitucionais na receita total ajuda a compreender esse quadro das despesas na função Educação e Cultura.

Ainda, de maneira geral, o gasto *per capita* em Educação e Cultura é maior na metade sul do estado e menor na parte norte. Isso levanta certo pessimismo em diminuir o desequilíbrio histórico do Estado de Goiás em termos de desenvolvimento, qual seja, a metade sul mais desenvolvida e a metade norte menos.

2.5 Resultados da Função Saúde e Saneamento¹⁵

Historicamente as despesas dos municípios goianos nessa função apresentam média de 27% em relação às despesas totais.

Os resultados da Tabela 9, a seguir, para o período de 2006 a 2009, indicam uma concentração de municípios nas faixas intermediárias de gasto em Saúde e Saneamento - entre 15% e 30%. Percebe-se também um crescimento nas faixas entre 20 e 30% de 11,6%. Também, houve queda na incidência na faixa de gasto proporcional mais baixa – até 15% e um crescimento mais representativo na classe mais alta (mais de 35%). Esse comportamento ocorreu em todas as Regiões de Planejamento nesse período.

¹⁵ Novamente, a Portaria nº 42 de 1999 do MPOG separa tais funções, mas como o gasto com saneamento alcança somente 42% dos municípios e tem impactos em termos de saúde preventiva, somou-se aos de saúde.

TABELA 9 Municípios, por faixas de participação da função Saúde e Saneamento no total das despesas, segundo Regiões de Planejamento - 2006 - 2009

Regiões de planejamento	Total de municípios	Municípios, por faixas de participação da função Saúde e Saneamento no total das despesas					
		Até 15 %	Mais de 15% a 20%	Mais de 20% a 25%	Mais de 25% a 30%	Mais de 30% a 35%	Mais de 35%
2006							
Total	246	1,63	26,02	46,75	19,92	4,47	1,22
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	-	38,71	35,48	19,35	3,23	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	5,26	21,05	47,37	21,05	5,26	-
Região Metropolitana de Goiânia	20	-	20,00	40,00	15,00	15,00	10,00
Região Nordeste Goiano	20	-	15,00	40,00	40,00	5,00	-
Região Noroeste Goiano	13	-	15,38	53,85	23,08	7,69	-
Região Norte Goiano	26	-	34,62	38,46	19,23	7,69	-
Região Oeste Goiano	43	2,33	11,63	58,14	27,91	-	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	4,55	31,82	36,36	22,73	4,55	-
Região Sudoeste Goiano	26	3,85	30,77	61,54	3,85	-	-
Região Sul Goiano	26	-	38,46	50,00	7,69	3,85	-
2007							
Total	246	1,22	29,27	51,63	13,82	2,85	1,22
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	-	25,81	54,84	12,90	3,23	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	31,58	42,11	21,05	-	5,26
Região Metropolitana de Goiânia	20	-	30,00	35,00	20,00	10,00	5,00
Região Nordeste Goiano	20	-	15,00	60,00	25,00	-	-
Região Noroeste Goiano	13	-	15,38	61,54	15,38	7,69	-
Região Norte Goiano	26	3,85	19,23	61,54	11,54	3,85	-
Região Oeste Goiano	43	-	27,91	58,14	13,95	-	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	31,82	45,45	18,18	4,55	-
Região Sudoeste Goiano	26	-	46,15	46,15	7,69	-	-
Região Sul Goiano	26	7,69	42,31	46,15	-	3,85	-
2008							
Total	246	2,44	26,83	47,97	18,70	1,63	2,44
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	3,23	35,48	45,16	12,90	-	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	26,32	36,84	26,32	5,26	5,26
Região Metropolitana de Goiânia	20	-	30,00	25,00	30,00	10,00	5,00
Região Nordeste Goiano	20	-	15,00	40,00	45,00	-	-
Região Noroeste Goiano	13	-	7,69	69,23	15,38	-	7,69
Região Norte Goiano	26	7,69	23,08	53,85	15,38	-	-
Região Oeste Goiano	43	2,33	18,60	62,79	16,28	-	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	27,27	45,45	22,73	4,55	-
Região Sudoeste Goiano	26	-	38,46	42,31	15,38	-	3,85
Região Sul Goiano	26	7,69	38,46	50,00	-	-	3,85
2009							
Total	246	1,22	18,29	52,03	22,36	4,07	2,03
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	-	16,13	61,29	12,90	6,45	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	21,05	47,37	21,05	10,53	-
Região Metropolitana de Goiânia	20	-	-	60,00	30,00	5,00	5,00
Região Nordeste Goiano	20	-	20,00	35,00	45,00	-	-
Região Noroeste Goiano	13	-	7,69	46,15	38,46	-	7,69
Região Norte Goiano	26	3,85	23,08	42,31	30,77	-	-
Região Oeste Goiano	43	-	6,98	65,12	23,26	4,65	-
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	40,91	27,27	18,18	13,64	-
Região Sudoeste Goiano	26	-	23,08	65,38	7,69	-	3,85
Região Sul Goiano	26	7,69	26,92	50,00	11,54	-	3,85

Notas: 1) Para o município de Araçu, as despesas usadas para o ano 2006 foram as da base de 2005.

2) Elaboração dos autores.

Esse comportamento tanto para o conjunto dos municípios do Estado de Goiás quanto para as Regiões de Planejamento é uma indicação de crescimento dos gastos com Saúde e Saneamento nos municípios, principalmente nas faixas entre 20 e 30% das despesas totais. Para confirmar isso, além dos resultados apresentados na Tabela 9, apresenta-se o quadro abaixo, onde se visualiza as participações *per capita* de despesas com Saúde e Saneamento.

As despesas *per capita*, em 2006, foram equivalentes a R\$ 248 e em 2009 R\$ 390, um crescimento nominal de 57%, e em termos reais¹⁶ de 38%. Ainda em termos *per capita* e em termos reais, as regiões que mais cresceram foram a do Entorno do Distrito Federal, Centro e Metropolitana com 45%, 44% e 40%, respectivamente. Contudo, o Entorno ainda mantém o comportamento histórico de ser a região que menos gasta nesse quesito. Por outro lado, as regiões Norte, Sul e Nordeste foram onde os gastos *per capita* cresceram menos, 25%, 25% e 18%, respectivamente. Cabe ressaltar que as regiões Norte e Nordeste são muito carentes nesses serviços.

QUADRO 3 Despesa *per capita* com Saúde e Saneamento por Regiões de Planejamento

Regiões de Planejamento	Total de municípios	Despesa <i>per capita</i> com Saúde e Saneamento (Valores Correntes – R\$)			
		2006	2007	2008	2009
Total	246	248,08	277,59	336,95	390,19
Regiões de Planejamento					
Região Centro Goiano	31	222,64	235,76	305,38	365,28
Região Entorno do Distrito Federal	19	133,74	172,73	221,41	221,06
Região Metropolitana de Goiânia	20	313,33	340,14	411,06	500,66
Região Nordeste Goiano	20	233,29	245,81	305,90	314,06
Região Noroeste Goiano	13	211,30	242,79	282,77	322,37
Região Norte Goiano	26	242,14	265,38	277,57	346,90
Região Oeste Goiano	43	230,19	241,97	294,33	331,03
Região Sudeste Goiano	22	270,39	304,16	380,34	425,42
Região Sudoeste Goiano	26	257,39	289,65	371,90	384,03
Região Sul Goiano	26	266,95	298,15	318,60	381,93

Nota: Elaborado pelos autores

Ainda, a Região Metropolitana, além de ser a terceira que mais cresceu em termos de gasto *per capita* em Saúde e Saneamento, foi a que teve a maior proporção desses gastos nessa área em 2009, depois vêm o Sudeste, o Sudoeste e o Sul.

A partir da constatação feita dos resultados apresentados na Tabela 9, de que os gastos relativos com Saúde e Saneamento tiveram crescimento no período de 2006 a 2009, observa-se, em conjunto com a Tabela 10, a seguir, que ocorreram em todas as faixas de portes populacionais. Na média, houve aumento de 35% de municípios nas faixas de gastos entre 20 e 30% das despesas totais. Simultaneamente houve uma queda na concentração de municípios nos níveis mais baixos de gastos – menos de 20%.

Em resumo, as Tabelas 9 e 10 e o Quadro 3 mostram como resultados o aumento nos gastos totais e *per capita* com Saúde e Saneamento feitos pelos municípios entre 2006 e 2009. O mesmo comportamento é observado nos resultados de cada Região de Planejamento e em cada faixa de porte populacional.

¹⁶ Valores deflacionados pelo INPC.

TABELA 10 Municípios, por faixas de participação da função Saúde e Saneamento no total das despesas, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2006 - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de municípios	Municípios, por faixas de participação da função Saúde e Saneamento no total das despesas					
		Até 15 %	Mais de 15% a 20%	Mais de 20% a 25%	Mais de 25% a 30%	Mais de 30% a 35%	Mais de 35%
2006							
Total	246	1,63	26,02	46,75	19,92	4,47	1,22
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	82	3,66	32,93	54,88	6,10	2,44	-
De 4 001 a 15 000 hab.	101	-	25,74	45,54	25,74	2,97	-
De 15 001 a 35 000 hab.	35	-	20,00	34,29	34,29	8,57	2,86
De 35 001 a 100 000 hab.	20	5,00	15,00	50,00	20,00	10,00	-
Mais de 100 000 hab.	8	-	12,50	25,00	25,00	12,50	25,00
2007							
Total	246	1,22	29,27	51,63	13,82	2,85	1,22
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	83	2,41	32,53	56,63	6,02	1,20	1,20
De 4 001 a 15 000 hab.	103	0,97	28,16	56,31	13,59	0,97	-
De 15 001 a 35 000 hab.	32	-	25,00	43,75	21,88	6,25	3,13
De 35 001 a 100 000 hab.	21	-	28,57	33,33	28,57	9,52	-
Mais de 100 000 hab.	7	-	28,57	14,29	28,57	14,29	14,29
2008							
Total	246	2,44	26,83	47,97	18,70	1,63	2,44
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	79	3,80	32,91	51,90	11,39	-	-
De 4 001 a 15 000 hab.	105	1,90	28,57	50,48	18,10	-	0,95
De 15 001 a 35 000 hab.	34	2,94	20,59	41,18	23,53	2,94	8,82
De 35 001 a 100 000 hab.	20	-	10,00	45,00	35,00	5,00	5,00
Mais de 100 000 hab.	8	-	12,50	12,50	37,50	25,00	12,50
2009							
Total	246	1,22	18,29	52,03	22,36	4,07	2,03
Classes de tamanho da população							
Até 4 000 hab.	78	1,28	26,92	52,56	16,67	2,56	-
De 4 001 a 15 000 hab.	105	1,90	16,19	58,10	22,86	0,95	-
De 15 001 a 35 000 hab.	35	-	8,57	45,71	34,29	5,71	5,71
De 35 001 a 100 000 hab.	20	-	15,00	40,00	20,00	15,00	10,00
Mais de 100 000 hab.	8	-	12,50	25,00	25,00	25,00	12,50

Notas: 1) Para o município de Araçu, as despesas usadas para o ano 2006 foram as da base de 2005.

2) Elaboração dos autores

Na análise da Tabela 11, a seguir, que mostra os municípios por faixas de despesas na função Saúde e Saneamento *per capita*, percebe-se que, no conjunto dos municípios, houve um aumento significativo de municípios com gastos *per capita* acima de R\$ 450. Em 2006 eram 6,9% dos municípios e em 2009, 31,3%.

TABELA 11 Municípios, por faixas de despesas na função Saúde e Saneamento *per capita*, segundo Regiões de Planejamento - 2006 - 2009

Regiões de planejamento	Total de municípios	Percentual de municípios, por faixas de despesas <i>per capita</i> (Valores Correntes - R\$), da função Saúde e Saneamento					
		Até 150	Mais de 150 a 250	Mais de 250 a 350	Mais de 350 a 450	Mais de 450 a 550	Mais de 550
2006							
Total	246	8,54	39,02	34,15	11,38	4,47	2,44
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	16,13	25,81	35,48	16,13	6,45	-
Região Entorno do Distrito Federal	19	47,37	36,84	10,53	5,26	-	-
Região Metropolitana de Goiânia	20	15,00	65,00	15,00	5,00	-	-
Região Nordeste Goiano	20	-	55,00	35,00	10,00	-	-
Região Noroeste Goiano	13	7,69	69,23	23,08	-	-	-
Região Norte Goiano	26	3,85	26,92	50,00	7,69	7,69	3,85
Região Oeste Goiano	43	2,33	37,21	46,51	6,98	4,65	2,33
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	22,73	40,91	18,18	9,09	9,09
Região Sudoeste Goiano	26	-	42,31	23,08	19,23	7,69	7,69
Região Sul Goiano	26	3,85	34,62	38,46	19,23	3,85	-
2007							
Total	246	2,44	37,80	30,49	18,29	6,10	4,88
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	-	38,71	22,58	32,26	3,23	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	21,05	52,63	15,79	5,26	-	5,26
Região Metropolitana de Goiânia	20	-	65,00	25,00	10,00	-	-
Região Nordeste Goiano	20	-	45,00	30,00	15,00	10,00	-
Região Noroeste Goiano	13	-	46,15	38,46	7,69	7,69	-
Região Norte Goiano	26	-	30,77	50,00	7,69	11,54	-
Região Oeste Goiano	43	2,33	39,53	30,23	18,60	4,65	4,65
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	22,73	31,82	22,73	9,09	13,64
Região Sudoeste Goiano	26	-	26,92	30,77	15,38	11,54	15,38
Região Sul Goiano	26	3,85	23,08	30,77	34,62	3,85	3,85
2008							
Total	246	2,44	20,33	31,30	19,92	14,23	11,79
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	-	22,58	29,03	22,58	22,58	3,23
Região Entorno do Distrito Federal	19	15,79	36,84	15,79	26,32	-	5,26
Região Metropolitana de Goiânia	20	-	40,00	40,00	5,00	10,00	5,00
Região Nordeste Goiano	20	-	10,00	50,00	25,00	15,00	-
Região Noroeste Goiano	13	-	15,38	61,54	7,69	15,38	-
Região Norte Goiano	26	3,85	15,38	30,77	26,92	19,23	3,85
Região Oeste Goiano	43	2,33	23,26	30,23	13,95	16,28	13,95
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	22,73	9,09	27,27	18,18	22,73
Região Sudoeste Goiano	26	-	3,85	30,77	23,08	7,69	34,62
Região Sul Goiano	26	3,85	15,38	30,77	19,23	11,54	19,23
2009							
Total	246	-	10,57	36,59	21,54	17,48	13,82
Regiões de Planejamento							
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	31	-	12,90	25,81	22,58	32,26	6,45
Região Entorno do Distrito Federal	19	-	36,84	47,37	5,26	10,53	-
Região Metropolitana de Goiânia	20	-	20,00	50,00	15,00	5,00	10,00
Região Nordeste Goiano	20	-	5,00	60,00	30,00	5,00	-
Região Noroeste Goiano	13	-	-	53,85	23,08	23,08	-
Região Norte Goiano	26	-	7,69	34,62	34,62	11,54	11,54
Região Oeste Goiano	43	-	6,98	34,88	25,58	16,28	16,28
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	22	-	9,09	18,18	22,73	13,64	36,36
Região Sudoeste Goiano	26	-	3,85	23,08	23,08	19,23	30,77
Região Sul Goiano	26	-	7,69	38,46	7,69	30,77	15,38

Notas: 1) Para o município de Araçu, as despesas usadas para o ano 2006 foram as da base de 2005.

2) População para os anos 2006, 2008 e 2009 - estimada. População para o de 2007 - contagem.

3) Elaboração dos autores.

A análise regionalizada da Tabela 11 evidencia que na região Nordeste Goiano, em 2009, 60% de seus municípios gastaram entre R\$ 250 e R\$ 300 *per capita* com Saúde e Saneamento. Na Região Noroeste 54% dos seus municípios ficaram nessa faixa, bem como 50% na Região Metropolitana. Quanto às duas faixas superiores, acima de R\$ 450 *per capita*, em 2009, a Região Sudoeste e a Sudeste tiveram 50% dos seus municípios nessa condição. A Região Sul teve 46% e as demais menos de 38%, sendo que a Região Nordeste teve somente 5%, o Entorno 10,5% e a Metropolitana 15%. Isso evidencia os grandes problemas, principalmente de Saneamento, nessas áreas.

A despeito de variações, observa-se uma sensível queda na quantidade de municípios na faixa inferior e uma tendência crescente da quantidade de municípios nas faixas superiores.

2.6 A relação entre os gastos nas funções Educação/Cultura e Saúde/Saneamento

O gasto *per capita* com Saúde e Saneamento era maior em 7% daquele feito com Educação e Cultura em 2006. Essa fração aumentou para 18,5% em 2009. Ou seja, além de se gastar mais, em termos *per capita*, em Saúde e Saneamento, tanto em 2006 como em 2009, eles cresceram proporcionalmente mais no período.

Os gastos *per capita* com Saúde e Saneamento relativamente aos de Educação e Cultura variaram de região para região (Quadro 4, a seguir). O Sudeste apresentou, na relação do índice entre 2009 e 2006, o maior percentual: 25%. Ou seja, gastou-se mais, em termos *per capita*, 25% em 2009 do que em 2006. No Sudoeste, essa relação foi de 20%, na Região Metropolitana 18%, no Centro Goiano 15% e no Nordeste 3%; as outras regiões apresentaram queda na relação de gastos *per capita* entre Saúde e Saneamento com a Educação.

QUADRO 4 Relação de gastos *per capita* entre Saúde e Saneamento com a Educação e Cultura

Regiões de Planejamento	(Saúde e Saneamento) \ (Educação) relação 2009 \ 2006
Regiões de Planejamento	1,08
Região Centro Goiano	1,15
Região Entorno do Distrito Federal	0,99
Região Metropolitana de Goiânia	1,18
Região Nordeste Goiano	1,03
Região Noroeste Goiano	1,06
Região Norte Goiano	0,99
Região Oeste Goiano	0,99
Região Sudeste Goiano	1,25
Região Sudoeste Goiano	1,20
Região Sul Goiano	0,96

Nota: Elaboração dos autores

Assim, algumas regiões aumentaram outras diminuíram os gastos *per capita* com Saúde e Saneamento relativamente aos gastos com Educação e Cultura na relação entre 2009 e 2006. Para o conjunto das regiões, que representa o conjunto dos municípios, o gasto *per capita* em Saúde e Saneamento foi maior, em 2009, na média, 8% daquele feito em 2006. Cabe ressaltar que as regiões que apresentam a relação acima menor que a unidade, têm gasto mais em Educação e Cultura do que em Saúde e Saneamento.

Considerações Finais

Com a análise das fontes de recursos dos municípios goianos, perceberam-se alguns comportamentos, entre eles: uma expressiva concentração das receitas tributárias nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia; uma concentração absoluta das transferências governamentais na Região Metropolitana entretanto, em termos de distribuição *per capita*, elas têm privilegiado as regiões menos favorecidas com arrecadações tributárias; que o FPM e o FUNDEF/FUNDEB atuaram de forma redistributiva e o ICMS é mais concentrado nos municípios com maior força econômica.

A proporção de gastos em Educação dos municípios do Estado de Goiás segue a regra de que quanto maior a faixa de porte populacional, maior o gasto feito por habitante. Isso pode ser explicado pelo fato de municípios maiores terem maior capacidade de obter recursos de outras fontes que não a de transferências governamentais. Ao longo dos anos houve um expressivo aumento nos gastos *per capita* com Educação e em todas as faixas de porte populacional de municípios. Na média foi maior que o dobro a proporção de municípios com gastos *per capita* superiores a R\$400,00 entre 2006 e 2009. Os gastos reais *per capita* entre 2006 e 2009 cresceram 24,4%.

Em Saúde e Saneamento foi possível captar o esforço dos municípios em investir mais para elevar o bem-estar da sua população verificando quanto representa o gasto para cada habitante. Os municípios goianos, tomados em seu conjunto revelaram, em 2009, uma distribuição razoavelmente equilibrada entre as faixas de despesas *per capita* em Saúde e Saneamento. Aproximadamente 52,8% dos municípios gastaram acima de R\$ 350,00 por habitante, e o restante abaixo disso. Percebe-se que ocorreu uma mudança no padrão de distribuição dos municípios entre as faixas consideradas, ou seja, houve um deslocamento dos municípios para as faixas superiores e uma diminuição nas faixas inferiores.

Assim, os resultados indicam o aumento nos gastos totais e *per capita* com Saúde e Saneamento feitos pelos municípios entre 2006 e 2009. O mesmo comportamento é observado nos resultados de cada Região de Planejamento e em cada faixa de porte populacional. Percebe-se, principalmente, crescimento nas faixas de gastos entre 20 e 30% das despesas totais. Em contraponto, houve queda na incidência de municípios na faixa de gasto *per capita* mais baixa – até 15%, e um crescimento mais representativo na classe de mais de 35%.

A relação do gasto *per capita* de Saúde e Saneamento com Educação e Cultura aumentou entre 2006 e 2009. Em 2006, o gasto *per capita* era favorável à Saúde e Saneamento em 7%, ou seja, gastava-se 7% mais. Em 2009 passou a ser de 18,5%.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, R. **Direito tributário esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Método, 2008.
- BALEEIRO, A. **Uma introdução à ciência das finanças**. Atualizada por CAMPOS, D. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- CAVALIERI, C. H.; PAZELLO, E. T. Efeito distributivo das políticas sociais. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Organizadores). **Economia do setor público**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM. **Conceitos importantes**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?iId=31550>>. Acesso em: 01 nov. 2010.
- FARIA, A. L. C.; FEIJÓ, C. A.; SILVA, D. B. N. Focalização de políticas públicas: uma discussão sobre os métodos de avaliação da população-alvo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 287-310, jul. 2007.

- FERNANDES, R.; PAZELLO, E. T. Avaliação de políticas sociais: incentivos adversos, focalização e impacto. In: LISBOA, M.; MENEZES FILHO, N. A. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Quadro comparativo FUNDEF-FUNDEB**. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/arq-fundeb/2900-definicaoocomparativogencia/download>>. Acesso em: 06 de dez. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros, finanças públicas 1998-2000**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/financasmunic/19982000/financasmunic.pdf>>. Acesso em: 05 de ago. 2010.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. **Fortalecimento institucional e qualificação da gestão municipal – Estado do Paraná**. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/ipardes_ipea_fortalecimento_qualific_gestao_municipal.pdf>. Acesso em: 5 de dez. 2010.
- LEI COMPLEMENTAR 101 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 05 de jan. 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -MEC. Disponível em: < www.mec.gov.br >. Acesso em: 05 de dez. 2010.
- MOTA, F. G. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Estefânia Gonçalves, 2010.
- NASCIMENTO, E. R. DEBUS, I. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 3. ed. Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, 2001.
- NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei Complementar 101/2000. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Secretaria do Tesouro Nacional, 2ª Ed. Brasília, 2001. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>. Acesso em: 05 de dez. 2010.
- NASCIMENTO, E. R. **Finanças Públicas, União, Estados e Municípios**. Brasília: Vestcon, 2005.
- NASCIMENTO, E. R. **Gestão Pública**, São Paulo: Saraiva, 2006.
- NERO, C. R. Del. O que é economia da Saúde: IN **Economia da Saúde Conceitos e Contribuição para a Gestão da Saúde**. PIOLA, S. F.; VIANNA, S. M. (organizadores) Brasília, 1995.
- REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2010: Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim>>. Acesso em: 05 de jan. 2011.
- REZENDE, F. **Finanças Públicas**, São Paulo: Atlas, 2003
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. Perfil e evolução das finanças municipais 1998-2007. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp> . Acesso em: 10 de dez. 2010.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Transferências Constitucionais e Legais**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/852954.PDF>>. Acesso em: 06 dez. 2010.
- VASCONCELOS L. Economia da Educação. IN **Ciro Biderman e Paulo Arvate (org) , Economia do setor público**, Rio de Janeiro: Campus, 2004.

